

PARA ALÉM DOS CLÁSSICOS INFANTIS: NARRATIVA HOMOAFETIVA E RESISTÊNCIA NA LITERATURA INFANTOJUVENIL BRASILEIRA

Thayanne Guilherme Calixto; Hermano de França Rodrigues

Universidade Federal da Paraíba
thatygc@hotmail.com
hermanorg@gmail.com

Resumo: Os famosos clássicos infantis, como *A Bela adormecida*, *Cinderela*, *Branca de Neve* ou *Rapunzel*, não têm contemplado a realidade de muitas crianças que sonham e buscam ajustar-se aos formatos retratados nas histórias, a qual, no decorrer dos séculos, tem sido o único modelo apresentado às crianças. Diante disso, o presente artigo tem por objetivo refletir acerca das atuais configurações familiares e relações homoafetivas nas fábulas, contos e livros infantojuvenis, como forma de resistência ao modelo familiar aceito na sociedade e viabilização da pluralidade familiar, especificamente, entre casais homoafetivos. No ambiente escolar, é comum deparar-se com essas questões, em que, os (as) docentes não sabem como reagir, em razão da falta de conhecimento ou simplesmente, por optarem “camuflar” tais situações. Para isso, optou-se, como caminho metodológico, a revisão bibliográfica, utilizando-se de cinco livros infantis que fogem à normatização e conduz o público infantil a outras formas de vivenciar a sexualidade. No processo de análise de literatura e levantamento bibliográfico acerca da produção literária infantil, constatou-se que as narrativas atuais se apresentam como uma forma de resistência à opressão, violência, preconceito e violação de direitos humanos vivenciados pelos casais homoafetivos no país e os livros infantis caracterizam-se como um recurso na introdução de temas atuais que fazem parte do cotidiano infantil, dessa forma, existe a necessidade de discutir essas temáticas nas instituições sociais, a exemplo família e escola. Por fim, o artigo possibilita uma articulação entre as atuais narrativas homoafetivas na literatura infanto-juvenil brasileira e suas contribuições no tocante às questões de gênero e sexualidade, para que atitudes violentas, preconceituosas e discriminatórias não sejam naturalizadas, tampouco, perpetuadas.

Palavras-chave: Narrativas homoafetivas, literatura, família, infância.

Introdução

Os velhos “contos da carochinha” não ocupam mais os espaços de antes na vida das crianças, atualmente, as narrativas infantis têm dado lugar a diversidade de relações afetivas existentes entre os gêneros, que por muito tempo foram negadas no contexto social, isto é, por fugirem a

heteronormatividade que define a relação homem - mulher como a única forma aceita de vivenciar a relação afetiva-sexual.

Esses padrões continuam sendo reproduzidos em livros infantis, consumidos por um grande número de crianças. Esses contos apresentam um padrão estético e corporal, especialmente, direcionados as meninas (Ex. Barbie), que buscam se ajustar a esses formatos, não vivenciando e até desconhecendo a própria identidade. Além disso, os livros apresentam tom moralizador e com uso simples da linguagem, apresenta modelos predefinidos para meninos e meninas, excluindo a pluralidade de vivenciar a sexualidade humana e as conjunções familiares, uma vez que, retrata uma referência de núcleo familiar nas fábulas, que consiste em “reis, rainhas, príncipes e princesas”.

Como forma de resistência, elencou-se uma busca por representatividade, tornando-se o símbolo da atualidade. Assim, as pessoas que não se enquadram ao ideário de beleza e sexualidade aceito, buscam outras formas de vivenciarem livremente sua relação com o corpo e com o mundo. Na infância, presencia-se a desconstrução desses modelos nas novas narrativas brasileiras, objetivo do presente trabalho, que se propõe a refletir acerca das relações homoafetivas e atuais configurações familiares nas fábulas, contos e livros infantojuvenis, como forma de resistência a heteronormatividade nas relações sociais e viabilização da pluralidade familiar, especificamente, entre casais homoafetivos.

Metodologia

Na construção do presente trabalho, optou-se como caminho metodológico a revisão de literatura e bibliográfica, utilizando os livros infantis “Olivia tem dois papais” (2010) da autora Marcia Leite, “Meus dois papais” (2010) do autor Walcyr Carrasco, “A princesa e a costureira” (2015) de Janaina Leslão, “O namorado do papai ronca” (2012) de Plínio Camillo, “Tal pai, tal filho?” (2010) de Georgina Martins e autores como Nunes (2005) Mello (2005), Uziel (2007), Xavier (2011), Meyer (2012) e Gato (2014) para fomentar as análises dos cinco livros infantis a partir dos estudos sobre a temática homoparental, conjugalidade homossexual, identidades LGBT, literatura infantil, sexualidade e representações de gênero nos livros infanto-juvenis, além de suas contribuições no combate ao preconceito e discriminação contra pessoas não heterossexuais a partir das fábulas, contos e livros infantojuvenis.

Resultados e Discussão

Os resultados e discussões são frutos das leituras feitas acerca da temática tratada, a qual, aprofundamos buscando compreender como as atuais narrativas infantis podem contribuir na viabilização das relações homoparental, minimizando preconceitos e estereótipos ligados a parentalidade em contextos homossexuais.

A noção de família passou por transformações ao longo dos séculos, de acordo com Melo (2005) em meio as mudanças estruturais políticas, econômicas, sociais e culturais. Na modernidade, a constituição familiar surge envolta de dois momentos, inicialmente, relacionados ao afeto, amor conjugal para com as crianças, além da livre escolha dos conjugues, sem alianças forjadas entre os pais dos herdeiros, resultando na independência entre os casais do convívio coletivo com a família e privacidade do lar; Em seguida, vemos com Gato (2014) a segunda Modernidade, que constitui a família como um espaço marcado pelo princípio da individualização, entre tensões de amor e casamento, além de desconstruir a ideia de sexo para procriação e, sim pela busca do prazer.

Apesar disso, os valores relacionados a família continuaram influenciando as relações afetivas-sexuais, que subentendem essa aliança como fim da realização ou satisfação pessoal, inclusive de casais homoafetivos.

Gato (2014, p. 27) ressalta que

Deixando a procriação de estar necessariamente relacionada com a heterossexualidade e passando o afeto a ser considerado um princípio fundador da família, algumas pessoas homossexuais começaram também a pensar as suas relações afetivas em termos de casamento ou parentalidade.

Essa modificação, segundo Melo (2005, p. 27) nos “últimos cinquenta anos têm sido marcados por uma recorrência obsessiva de discursos sobre a desestruturação da família”. Fator que recebeu contribuições valiosas dos Movimentos Feministas, ao questionar as concepções acerca da mulher e seu papel social, sobretudo, no que concerne a “família tradicional brasileira” e divisão sexual do trabalho. Essas desconstruções, feitas nas próprias relações heterossexuais, mostraram a fragilidade em que se constituiu o conceito de família, ao ser reduzida ao heterocentrismo.

Na Constituição Federal de 1988, entende-se por família

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento. § 4º Entende-se, também, como entidade familiar

a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. (BRASIL, 1998, p. 94)

Tal compreensão desconsidera a diversidade de identidades e conjunções parentais existentes na sociedade e na realidade de incontáveis crianças, que seguem com suas histórias veladas na plástica aparência social, em que considera família apenas o modelo heterocentrista ou, como expresso no inciso quatro, família pode ser “qualquer dos pais e seus descendentes”, reduzindo novamente a homens e mulheres cis.

Todavia, apesar da falta de legitimidade em relação aos direitos legais dos casais do mesmo sexo, essas relações alcançam diferentes espaços, inclusive os políticos e inserem a discussão dos direitos de lésbicas e gays, no contexto atual, ampliando para o Movimento LGBTTI. Assim, é nesse contexto de mudança, que os valores sagrados passam a ser questionados, resultando na busca da reafirmação dos direitos legais e pelo direito à liberdade de amar, sem preconceitos e/ou discriminação.

Ao adentrar os espaços políticos partidários – representativos, as discussões relativas a homossexualidade é finalmente iniciada. A ex deputada do Partido dos Trabalhadores – PT, Marta Suplicy, lançou em 26/10/1995 na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 1.151, que regulamenta a união entre casais homoafetivos como um direito a legitimidade das suas relações amorosas, registradas em Cartórios de Registros civis e, como afirma no Art. 1º do Projeto “É assegurado a duas pessoas do mesmo sexo o reconhecimento de sua união civil, visando a proteção dos direitos à propriedade, à sucessão e dos demais regulados nesta Lei”.

Ainda que não aprovado, o PL 1.151 desencadeou inúmeras discussões acerca do direito a relação afetiva-conjugal para pessoas do mesmo sexo, resultando em posições favoráveis e contrárias a essa conjuntura civil. Sobre isso, as argumentações contrárias a união basearam-se em concepções religiosas e de “valores” construídos socialmente.

Como ressalta Mello (2005, p. 136)

[...] os opositores, em geral baseando-se em argumentos religiosos, insistiam na tese de que o projeto usurpava direitos legítimos apenas na esfera do casal homem-mulher, sendo por isso inconstitucional. Também definiam a homossexualidade como um misto de pecado-crime-doença que devia ser combatido e não encontrar nenhum reconhecimento por parte da sociedade e do Estado.

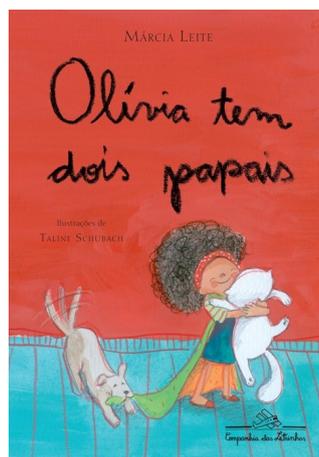
Tais concepções continuam fazendo parte do ideário de pessoas ligadas a concepções religiosas, que enxergam as relações homoafetivas e lésbicas como “aberrações contra a natureza”, perpetuando violência e discriminação contra pessoas não heterossexuais. Em decorrência dessas

concepções, presencia-se na política nacional a forte influência nas bancadas conhecidas como “bancada evangélica”, por seus representantes possuírem posicionamentos pelo viés religioso-higienista, desconhecendo a amplitude existente no contexto atual, que reclama por direitos e reconhecimentos, sabendo que a população já vive essa pluralidade de relações, mas, que não possuem amparo legal em razão das marcas da heteronormatividade.

Em meio as transformações amorosas e parentais, Uziel (2007, p. 16) destaca que existem três possibilidades para que casais do mesmo sexo sejam pai/mãe, são elas: “filhos de uma união heterossexual anterior, pela adoção, ou através da tecnologia”. Na pesquisa feita por Gato (2014) em Portugal, a maior porcentagem de parentalidade em relação a homens homossexuais se dá no contexto de relações heterossexuais anteriores.

À vista disso, a realidade social realça o aumento da presença de famílias homoparentais na contemporaneidade, reafirmando a necessidade da inserção dessa discussão nas instituições com fins educativos, que recebem crianças, adolescentes, jovens e adultos de diferentes contextos e conjunturas parentais, tratando as diferentes conjunturas parentais.

Nesse cenário, surgem narrativas infantis que passam a contemplar a diversidade da sexualidade humana, possibilitando ao público infantil contatos iniciais com contos que transcendem a dita “normalidade”. Pensando nisso, selecionamos os seguintes livros que, de modo geral, se configuram em resistência a heteronormatividade sociocultural.



O livro “*Olivia tem dois papais*” da autora Marcia Leite, possui 48 páginas, foi ilustrado por Taline Schubach e publicado pela Companhia da Letrinhas, em 2010. Narra a estória de uma menina muito, mas muito esperta, chamada Olivia, que possui dois papais, um chamado Raul e o outro papai Luís. Além da espontaneidade com que é contada, a estória é original, a qual, não possui intertextualidade. Fazendo pouco uso de textos, a autora consegue contar uma estória cheia de

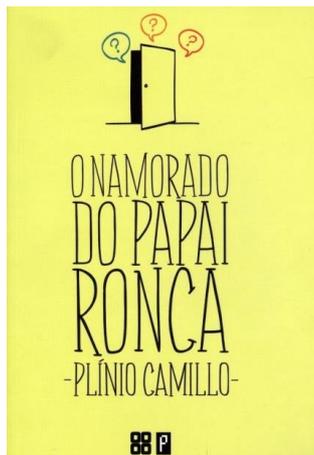
imaginação e criatividade, apresentando ao público infantil a relação homoparental entre dois homens que optaram pela adoção como caminho para tornarem-se pais.



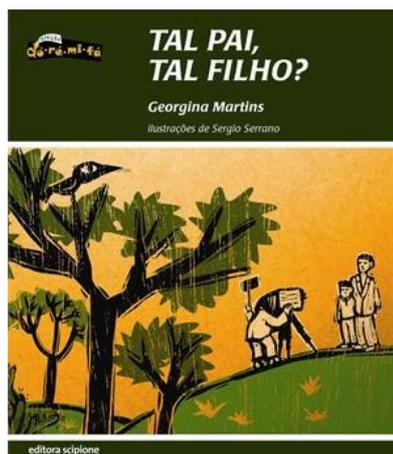
A estória “*Meus dois papais*” do autor Walcyr Carrasco, foi publicada em 2010 pela Editora Ática e ilustrada por Laurent Cardon, aposta nas cores fortes para composição das páginas, como o lilás exposto na capa. O autor, conta a estória de Naldo, um menino que vivencia a separação dos pais – homem e mulher – e, por questões trabalhistas, sua mãe permite que o menino fique morando com o pai Celso e o companheiro deste.



O livro “*A princesa e a costureira*” de Janaina Leslão, foi ilustrado por Junior Caraméz e publicado em 2015, pela Editora Metanoia. Conta a estória da princesa Cintia, que é prometida em casamento ao príncipe do reino vizinho, mas se apaixona pela costureira que faria o seu vestido de noiva, com isso, surgem os dilemas da estória, envolvendo questões como parentalidade, família, relações de poder, relações homoafetivas, violência de gênero, entre outros.



No livro “*O namorado do papai ronca*”, o autor Plínio Camillo narra a estória de um adolescente que está vivenciando de perto a relação homoafetiva de seu pai com o companheiro. Utilizando linguagem e códigos contemporâneos, o livro é voltado para o público juvenil, apresentando questões como “identidade”, parentalidade e identidades sexuais.



Por fim, utilizamos o livro “*Tal pai, tal filho?*”, que possui 32 páginas, ilustrado por Sergio Serrano e publicado pela Editora Scipione, em 2010. Apresentando o enredo em formato de cordel, no qual as distinções de gênero se constitui como tema central na estória, principalmente, em relação a masculinidade, em que o filho deseja ser bailarino e o pai nega a profissão, por considerar que não é coisa de “macho”.

As estórias selecionadas possuem em comum o desvelamento dos papéis de gênero, especificamente, em relação as manifestações da sexualidade humana. Com temas desde as relações homoafetivas e lésbicas às atuais conjunturas familiares.

Conclusões

Apoiando-se na análise dos dados e recorte feito acerca das relações homoparentais de casais de gays e lésbicas, considera-se as atuais narrativas como uma forma de resistência a heteronormatividade imposta socialmente. Sabendo que essas relações fazem parte da contemporaneidade, percebê-las enquanto recurso pedagógico é de suma importância, visando a sua inclusão no repertório infantojuvenil.

Além disso, essas narrativas promovem transformações significativas em relação a Educação sexual, dando luz a diversidade de configurações familiares que fazem parte do cotidiano e imaginário social.

Por fim, a temática abordada no artigo possibilita uma articulação entre as atuais narrativas homoafetivas na literatura infanto-juvenil brasileira e suas contribuições no tocante às questões de gênero e sexualidade, para que atitudes violentas, preconceituosas e discriminatórias não sejam naturalizadas, tampouco, perpetuadas em sociedade, iniciando a partir da educação de crianças pequenas.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm > Acesso em: 17 abr, 2017.

BRASIL. **Diário da Câmara dos Deputados**. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD21NOV1995.pdf#page=41>> Acesso em: 17 abr, 2017.

GATO, Jorge. **Homoparentalidades: perspectivas psicológicas**. São Paulo: Almedina, 2014.

MEYER, Dagmar Elizabeth Estermann et al. **Saúde, sexualidade e gênero na educação de jovens**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MELLO, Luiz. **Novas famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 7. Ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

UZIEL, Anna Paula. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

XAVIER FILHA, Constantina. Era uma vez uma princesa e um príncipe...: representações de gênero nas narrativas de crianças. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 19(2): 336, mai-ago/2011.